

29/09/2015

SEGUNDA TURMA

EMB.DECL. NO AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 21.236 PERNAMBUCO

RELATOR	: MIN. TEORI ZAVASCKI
EMBTE.(S)	: JOALINA TRANSPORTES LTDA
ADV.(A/S)	: THIAGO TORRES DE ASSUNÇÃO E OUTRO(A/S)
EMBDO.(A/S)	: UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NA RECLAMAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ART. 535 DO CPC. PRETENSÃO DE REDISCUTIR QUESTÕES JÁ DECIDIDAS.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Segunda Turma, sob a Presidência do Senhor Ministro CELSO DE MELLO, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, por unanimidade, em rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Relator. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Dias Toffoli.

Brasília, 29 de setembro de 2015.

Ministro TEORI ZAVASCKI
Relator

29/09/2015

SEGUNDA TURMA

EMB.DECL. NO AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 21.236 PERNAMBUCO

RELATOR	: MIN. TEORI ZAVASCKI
EMBTE.(S)	: JOALINA TRANSPORTES LTDA
ADV.(A/S)	: THIAGO TORRES DE ASSUNÇÃO E OUTRO(A/S)
EMBDO.(A/S)	: UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI (RELATOR): Trata-se de embargos de declaração opostos contra acórdão da Segunda Turma, cuja ementa é a seguinte:

CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. APLICAÇÃO DA SISTEMÁTICA DA REPERCUSSÃO GERAL. ALEGAÇÃO DE USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA DO STF. INADMISSIBILIDADE. PRECEDENTES.

1. Não se admite reclamação contra decisão que, nos tribunais de origem, aplica a sistemática da repercussão geral, ressalvada a hipótese de negativa de retratação. Precedentes.

2. Agravo regimental a que se nega provimento.

Aponta a embargante, em síntese, omissão quanto ao pedido de sobrestamento do feito enquanto o Plenário não conclui o julgamento dos Agravos Regimentais nas Reclamações 11.408 e 11.427, que tratam da mesma questão ora em discussão. No mais, alega a existência de premissa equivocada no que tange à aplicação do art. 52, parágrafo único, do Código de Processo Civil, tendo em vista que não há jurisprudência firmada no Plenário sobre a matéria.

É o relatório.

29/09/2015

SEGUNDA TURMA

EMB.DECL. NO AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 21.236 PERNAMBUCO

VOTO

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI (RELATOR): 1. Não prospera a irresignação da parte embargante. De acordo com o estatuído no art. 535 do Código de Processo Civil, são cabíveis embargos de declaração nas hipóteses de obscuridade, contradição ou omissão do acórdão atacado. Entretanto, no caso, não se verifica a existência de quaisquer das deficiências em questão, pois o acórdão embargado enfrentou e decidiu, de maneira integral e com fundamentação suficiente, toda a controvérsia posta na reclamação. Decidiu-se, com efeito, que, não obstante as Reclamações 11.408 e 11.427, em que se discute a medida cabível para a impugnação da alegada aplicação indevida da sistemática da repercussão geral, ainda estejam pendentes de solução, em razão de pedido de vista, continua não admitindo a reclamação com esse propósito, conforme julgamento de vários casos semelhantes no Plenário. Ademais, consignou-se que o art. 52 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal dispensa vista ao Procurador-Geral da República quando sobre a matéria versada no processo já houver o Plenário firmado jurisprudência. Sobre as alegações ora trazidas, cumpre assentar que, enquanto não concluído o julgamento das reclamações acima referidas, não há falar em superação do entendimento anteriormente manifestado pelo Plenário sobre a matéria ora em discussão (v.g. Rcl 7.569 e Rcl 7.547, Rel. Min. ELLEN GRACIE, DJe de 11.12.2009).

Ora, não podem ser acolhidos embargos declaratórios que, a pretexto de alegadas omissões do acórdão embargado, traduzem, na verdade, seu inconformismo com a decisão tomada, pretendendo rediscutir o que já foi decidido.

Nesse panorama, inexistente qualquer obscuridade, contradição ou omissão no julgado embargado, conforme exige o art. 535 do CPC, impõe-se a rejeição dos presentes embargos de declaração.

RCL 21236 AGR-ED / PE

2. Diante do exposto, rejeito os embargos de declaração. É o voto.

SEGUNDA TURMA

EXTRATO DE ATA

EMB.DECL. NO AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 21.236

PROCED. : PERNAMBUCO

RELATOR : MIN. TEORI ZAVASCKI

EMBTE.(S) : JOALINA TRANSPORTES LTDA

ADV.(A/S) : THIAGO TORRES DE ASSUNÇÃO E OUTRO(A/S)

EMBDO.(A/S) : UNIÃO

PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

INTDO.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão: A Turma, por votação unânime, **rejeitou** os embargos de declaração, **nos termos** do voto do Relator. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Dias Toffoli. Presidência do Senhor Ministro Celso de Mello. **2ª Turma**, 29.09.2015.

Presidência do Senhor Ministro Celso de Mello. Presentes à sessão os Senhores Ministros Gilmar Mendes, Cármen Lúcia e Teori Zavascki. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Dias Toffoli, em face da participação no III Congresso Internacional da Advocacia Estatal, Local e Federal, promovido pela Procuradoria-Geral da Cidade de Buenos Aires e realizado na Argentina.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Paulo Gustavo Gonet Branco.

Ravena Siqueira
Secretária